ACÓRDÃO

Processo: TC-001109/010/09

Órgão Público Concessor: Prefeitura Municipal de Porto Ferreira.

Entidade Beneficiária: Instituto Nacional Amigos do Brasil - INAB.

Responsáveis: Maurício Sponton Rasi (Prefeito) e Antonio Paulo Ribeiro Sapata Ferraz (Presidente).

Assunto: Prestação de contas – repasses públicos ao terceiro setor. Justificativas apresentadas em decorrência da assinatura de prazo pelo Conselheiro Eduardo Bittencourt Carvalho, Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho e Substituto de Conselheiro Auditor Samy Wurman, em 22-10-09, 10-12-11 e 29-08-13. Providências em decorrência da assinatura de prazo pelo Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho, publicada no D.O.E. de 18-11-13.

Exercício: 2008.

Valor: R\$581.743,94.

Advogado: Claudia Rattes La Terza Baptista, Israel Faiote Bittar, Izadora Rodrigues Normando Simões, Felipe Galvão Bueno, José Américo Lombardi, Cássio Telles Ferreira Netto, Ana Luiza Martins Laydner Figueiredo, Gisele Aida Xavier e outros.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 06 de maio de 2014, pelo voto do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho – Relator, da Conselheira Cristiana de Castro Moraes - Presidente, e do Auditor Substituto de Conselheiro Márcio Martins de Camargo, na conformidade do voto do Relator e das correspondentes notas taquigráficas, nos termos do artigo 33, III, “b” e “c”, da Lei Complementar nº 709/93, julgar irregular a comprovação da aplicação dos recursos públicos em exame, do exercício de 2008, acionando-se o disposto nos incisos XV e XXVII do artigo 2º da mencionada Lei Complementar nº 709/93, concedendo ao Senhor Prefeito Municipal de Porto Ferreira o prazo de 60(sessenta) dias para que informe a esta Corte de Contas as providências adotadas em face da presente decisão, inclusive apuração de responsabilidades e imposição das sanções administrativas cabíveis.

Decidiu, ainda, com fundamento nos artigos 36, 101 e 104, II da mencionada Lei Complementar, aplicar multa aos responsáveis, Senhores Maurício Sponton Rasi e Antonio Paulo Ribeiro Sapata Ferraz, respectivamente, Prefeito Municipal de Porto Ferreira e Presidente do Instituto Nacional Amigos do Brasil – INAB à época dos fatos em valor equivalente a 300(trezentas) UFESPs, para cada um, considerando a gravidade das falhas constatadas e afronta aos dispositivos constitucionais e legais citados no corpo do voto do Relator.

Condenou, por fim, a Entidade Beneficiária, em solidariedade com seu responsável legal à época, Senhor Antonio Paulo Ribeiro Sapata Ferraz, conforme previsto nos artigos 33, § 2º, e 36, *caput*, da Lei Complementar nº709/93, a devolver ao erário a importância de R\$ 156.110,78 (cento e cinquenta e seis mil, cento e dez reais e setenta e oito centavos), atualizada pelo índice do IPC/FIPE da data do recebimento até a efetiva restituição, referentes às despesas impróprias e à taxa de administração, ficando o referido Instituto impedido de receber recursos públicos, enquanto não regularizar sua situação perante este Tribunal.

Transitado em julgado, serão expedidos os ofícios necessários e, após, o processo seguirá ao arquivo.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas – Thiago Pinheiro Lima.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório.

Publique-se.

São Paulo, 16 de maio de 2014.

**DIMAS EDUARDO RAMALHO
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO E RELATOR**